

Funai urge a solução Parakanã

4468
"O que nós tememos é que a demora de uma definição agrave o clima de tensão e resulte em uma saída belicosa na disputa pela área. "A advertência é do delegado regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Salomão Santos, e foi feita neste último sábado, a propósito do impasse deflagrado com o remanejamento de calculadamente 500 colonos da área da barragem de Tucuruí para a parte da reserva dos índios Parakanã que não será inundada. Denunciando terem sido logrados para abrir mão dessa área, os Parakanã apresentaram um elenco de reivindicações, incluindo desde a construção de um ramal ligando à Transamazônica sua nova aldeia, às proximidades do igarapé Andorinha, num total de cerca de 10 quilômetros, até a remoção dos 68 colonos instalados em sua nova reserva, que a Funai propõe que atinja 317 mil hectares.

Com a construção do ramal já assegurada pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), os Parakanã reivindicam ainda, para abrir mão da área remanescente de sua antiga reserva, a não-

demarcação da nova reserva, assim como a construção de perto de 40 casas. Contudo, a preocupação maior de Salomão Santos é a presença dos 68 colonos que se acham assentados na nova reserva destinada aos índios, impressados entre as duas aldeias dos Parakanã — uma aos norte, nas proximidades do igarapé Andorinha, e outra ao sul, na cabeceira do rio do Meio. "A solução ideal seria o remanejamento desses colonos para uma área fora da reserva, indenizando-se as benfeitorias", advoga o delegado regional da Funai, há pouco mais de um ano no cargo e que frisa ter herdado a situação da administração anterior.

Implicações

Salomão Santos reconhece, contudo, as dificuldades em que esbarra essa alternativa, diante das implicações que surgem no seu rastro: ao sul, segundo ele próprio revela, a reserva se constitui numa área rica em mogno e possivelmente em minérios. "Isso torna a questão ainda mais difícil", constata. Mas revela, também, que seja como for é a opção que emerge

do trabalho de campo realizado pela Delegacia Regional da Funai, já encaminhada aos ministérios do Interior e Extraordinário dos Assuntos Fundiários. Independentemente do que, como lembrou, uma comissão de líderes Parakanã estará rumando para Brasília, na próxima quarta-feira possivelmente, para discutir uma solução para o impasse.

A urgência de uma solução, porém, é a principal preocupação de Salomão Santos. "Temo pelos resultados de uma demora", acentua, sublinhando que sem uma solução harmônica, que não venha em detrimento dos índios, será penoso contornar o clima de tensão. Atmosfera que ele pôde verificar "in loco", ao encaminhar pessoalmente as negociações com os Parakanã, nessa altura dispostos a desfechar um ataque contra os 68 colonos instalados em sua nova reserva, em assentamentos dirigidos, conforme o delegado regional da Funai, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT).

Gavião

Sobre o problema envolvendo os índios Gavião, por outro lado, Salomão Santos disse que a Delegacia Regional da Funai acompanha a proposta da comunidade indígena reclama da Companhia Vale do Rio Doce S/A (CVRD) o pagamento de 190 salários-mínimos mensais pela passagem de uma ferrovia — em extensão de 13 quilômetros — em sua reserva, de 62 mil hectares e que abriga mais ou menos 180 índios. Por seu turno, a CVRD contrapropõe destinar aos Gavião uma área idêntica a que ocupará a ferrovia, a ser definida pelos próprios índios.

"No caso, a posição da Delegacia Regional da Funai é acatar a decisão da comunidade indígena", ressalta ainda Salomão Santos, lembrando, nesse sentido, que o órgão aguarda a reunião prevista para 7 de novembro próximo, no Posto Indígena "Mãe Maria", quando os Gavião esperam resolver, de uma vez por todas, o impasse, já que descartam qualquer solução que não seja conclusiva, de acordo com o delegado regional da Funai.

Colonos não desejam conflito com índios Parakanã, em Tucuruí

Chegado de Tucuruí, ontem, o padre Nello Ruffaldi, coordenador do Conselho Indigenista Missionário — Região Norte II, caracterizou a situação hoje existente na área como um conflito entre lavradores pela Eletronorte e Getat contra índios Parakanã. Segundo ele, os índios pretendem retomar uma área de onde foram retirados sob a alegação de que seria inundada, mas que foi ocupada pelos lavradores que, por sua vez, não pretendem continuar naquela área para onde foram enviados depois de retirados da área inundável pelo lago da Hidrelétrica de Tucuruí.

Explicou o padre Nello, que a área em questão foi reconhecida como reserva indígena em julho de 71, através do Decreto-Lei 68.913, e demarcada em 1975, com uma área de 189.681 hectares, sendo uma das fronteiras o velho traçado da rodovia Transamazônica. Com a execução do projeto de Construção do lago da Hidrelétrica de Tucuruí, os Parakanã que habitavam às margens do rio Pucuruí (cerca de 70 índios) foram transferidos para a reserva Marudjevara, um aldeamento próximo ao rio Cajazeirinha localizado em chamada área eleita, mas que ainda não foi transformada em reserva através de decreto, e que se sobrepõe em parte à antiga reserva, acrescendo-a de mais de 100 mil hectares. Houve ainda a transferência dos quase 160

índios parakanã que habitavam o aldeamento Lontra. Estes foram transferidos para as margens do rio Paranati, fora da área inundável.

Com essas transferências dos índios criou-se, entre o velho e o novo traçado da rodovia Transamazônica uma área não habitada por índios, mas pertencente à reserva, que seria coberta parcialmente pelas águas do lago. O deslocamento dos colonos da área inundável do lago levou para esta área 706 das quatro mil famílias reassentadas na região. São estas 706 famílias que estão sendo ameaçadas pelos índios.

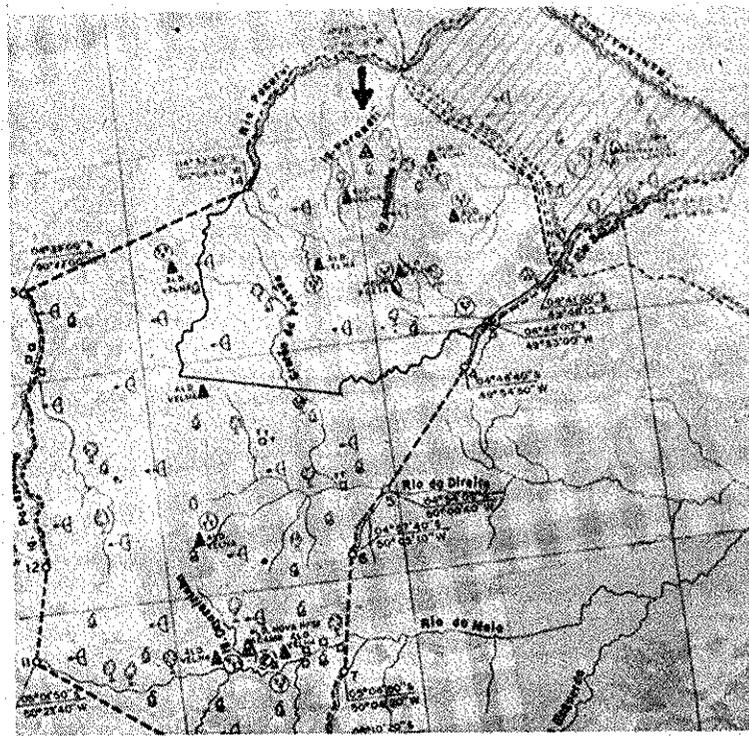
Segundo o padre Nello, como viram que a área estava recebendo colonos, os índios concluíram que não havia perigo de inundação na antiga área por eles habitada. E tentam agora retomar a antiga área e assegurar o direito sobre ela, tendo em vista que uma das definições do projeto inicial de transferência dos índios garantia o livre acesso destes até o lado, o que não acontecerá se os colonos permanecerem no meio deste caminho.

Diz o padre que na última terça-feira vários índios entraram na casa dos colonos, que ali já se encontram há dois anos, e avisaram que estão reivindicando a área e ameaçaram atacar caso os colonos não se retirassem de lá. O ataque só não foi desferido devido a presença do delegado da Funai, que contemporizou.

Amanhã, um grupo de índios se reúne com representantes da Funai, Eletronorte, Getat e Meaf, em Brasília para expor esses pontos de vista a respeito da questão. Uma comissão de representantes dos colonos só vai participar da reunião a ser realizada quarta-feira, com os mesmos interlocutores federais.

Por parte dos colonos não há interesse em permanecer na área porque, há dois anos no local, ainda não possuem títulos definitivos de propriedade e sabem que não os terão porque a lei não permite emissão desses documentos sobre áreas indígenas, bem como não querem entrar em conflito com os índios, quais reconhecem a propriedade da área. Entretanto, não podem abandoná-la, porque além de não ter para onde ir perderiam o direito a qualquer ressarcimento da Eletronorte caso seja realizado um novo remanejamento, como solução para o problema.

Os colonos, de outra maneira, tem reivindicações a fazer à Eletronorte, no que se relaciona ao não cumprimento de todas as cláusulas do acordo, como a dotação de condições de sobrevivência antes da primeira safra, abertura de estradas vicinais, desmatamento. Têm também queixas, contra a empresa, entre as quais o baixo preço a título de indenização pelas benfeitorias do antigo local em que residiam na área inundável, antes do primeiro remanejamento.



Na área contida pela linha pontilhada, está a nova reserva dos Parakanã, que se soma à antiga, marcada pelo fio contínuo. Na área chuleada, a velha aldeia, que agora passou para as margens do rio Paranati (assinalado com seta). Os colonos foram assentados na área onde estava a velha aldeia.



Salomão Santos, da Funai.



Padre Bello, do Cimi.